

Folha Nacional

28 DE JULHO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 26ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt

CRISE NA HABITAÇÃO

**UMA EM CADA 10 FAMÍLIAS RECEIA
NÃO CONSEGUIR PAGAR A CASA**



◀ "Se gastámos centenas de milhões para salvar a banca, os bancos **também devem agora ajudar os contribuintes**", defende André Ventura - PÁG. 02

ENTREVISTA

**"ESPERO QUE CORRA
TUDO BEM NA JMJ, MAS
ESTOU MESMO MUITO
POUCO CONFIANTE"**

Patrícia Almeida | PÁG. 05



DESTAQUE

**É UM BOM MOMENTO
PARA RECUPERAÇÃO
DO TEMPO DE SERVIÇO
DOS PROFESSORES**

PÁG. 04



CRISE NA HABITAÇÃO

**UMA EM CADA 10 FAMÍLIAS RECEIA
NÃO CONSEGUIR PAGAR A CASA**

 COM AGÊNCIA LUSA



Perante a enorme crise que se faz sentir no acesso à habitação, em grande parte motivada pelos juros cada vez mais elevados e que acabam por penalizar as prestações mensais de milhares de famílias, o CHEGA propõe que a banca também possa fazer a sua parte.

A atual conjuntura de subida dos preços na generalidade dos bens e serviços, faz com que as famílias portuguesas estejam no limite das suas capacidades económico-financeiras, onde os custos da habitação, da saúde, da educação e da alimentação, asfixiam completamente o orçamento familiar.

Em Portugal, num universo de mais de 4 milhões de agregados familiares, 77% estão em risco de não conseguir assumir a totalidade das despesas de principal relevo. De ressaltar que 8% (cerca de 256 mil famílias) estão em risco de já não conseguir assegurar as despesas essenciais, ou seja, enfrentam o espectro da pobreza real e uma em cada 10 famílias mostra-se receosa acerca da capacidade de continuar a pagar as casas onde vive, segundo dados de um estudo da Eurofound.

Posto isto, é deveras evidente que o principal fator de "asfixia" do orçamento familiar, ou o mais oneroso, é sem dúvida, a prestação do crédito à habitação.

Este gasto fixo mensal absorve mais de 40% do rendimento disponível familiar, quer a nível nacional, quer na média europeia. Face a esta realidade, o CHEGA quer uma "suavização das condições bancárias de acesso à habitação" e no crédito ao consumo, sublinhando que "a banca deve sustentar parte das dívidas dos contribuintes". O partido de André Ventura entende que o esforço para ultrapassar esta crise na habitação provocada pelo aumento das taxas de juro, deve ser solidário e equitativo. Recorde-se que quando a banca teve dificuldades, os portugueses também foram chamados a prestar-lhe apoio, pelo que face às circunstâncias atuais, esta deve também ser chamada a contribuir para o alívio das famílias. Nesta senda, André Ventura defende que "se gastámos centenas de milhões para salvar a banca, os bancos também devem agora ajudar os contribuintes".

O próprio Presidente da República já fez um apelo para que o governo refletisse sobre este assunto, nomeadamente sobre o crédito à habitação em matéria

de prazos, taxas e prestações, salientando as nefastas consequências sociais resultantes da subida dos juros e o atual período positivo da banca.

Argumentando que os bancos "receberam milhões do Estado na última década", Ventura defende que a banca deve sustentar "parte das dívidas que os contribuintes agora têm, face ao crédito à habitação".

"Era mais do que legítimo que os portugueses tivessem uma suavização, e não uma penalização, do que são hoje as condições bancárias de acesso à habitação, e mesmo nalguns casos, de crédito ao consumo", afirma.

A crise da habitação levou a que o CHEGA apresentasse um programa denominado 'Habitação com confiança', com dez medidas com um custo de 750 milhões de euros, abaixo dos 900 milhões do pacote do Governo, onde se propõem,



Se gastámos centenas de milhões para salvar a banca, os bancos também devem agora ajudar os contribuintes

medidas como a isenção do pagamento de IMT e imposto de selo para compra de habitação permanente, uma linha de crédito para imóveis devolutos e uma linha de crédito bonificada para aqueles que vão colocar as suas casas no mercado de arrendamento, entre outras. Para além disso, o partido de André Ventura defende que o problema não é nem o alojamento local, nem os impostos que existem sobre essas matérias do Estado, que também são muitas, mas antes a falta de construção.

São necessários "incentivos fiscais à construção, incentivos públicos à construção e não mais carga fiscal, sendo fundamental uma diminuição do IVA da construção, do aumento dos incentivos públicos à construção em várias áreas, de diminuição do período de licenças".

NESTA EDIÇÃO VEJA TAMBÉM



FALTAM CONDIÇÕES PARA REFORÇAR URGÊNCIA DO SÃO FRANCISCO XAVIER

PÁG. 06



DONA DA REVISTA VISÃO DEVE 11 MILHÕES DE EUROS AO ESTADO

PÁG. 07



PREÇOS DOS CEREAIS CRESCEM ABRUPTAMENTE

PÁG. 10



PROIBIDAS CIRURGIAS DE MUDANÇA DE SEXO NA RÚSSIA

PÁG. 12



MARCAS DESTROEM ROUPA QUE TINHAM PROMETIDO RECICLAR

PÁG. 13



Editorial

NUNO VALENTE

UMANO DE COMBATE!

PÁG. 16



FIM DAS CATIVAÇÕES? “É UM BOM MOMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS PROFESSORES”

POR AGÊNCIA LUSA

O líder do CHEGA considerou, quarta-feira, que o veto do Presidente da República ao diploma sobre progressões na carreira dos professores é “um sinal claro” de que o Governo deve concluir as negociações e recuperar o tempo de serviço.

“Eu acho que este veto é um sinal claro de que é preciso negociar e é preciso fechar este ciclo de negociações”, afirmou o líder do CHEGA, André Ventura, em declarações aos jornalistas à margem de uma inicia-

tiva no aeroporto de Lisboa. O presidente do CHEGA apelou ao Governo que resolva esta situação antes do início do próximo ano letivo “e que, sobretudo, o senhor primeiro-ministro entre diretamente nas negociações”. “Com o diploma que o Governo tinha em cima da mesa não se resolvia nenhum problema na recuperação do tempo de serviço dos professores, não se resolvia nenhum problema significativo na questão da mobilidade e na questão da doença, e o Presidente da República

É o momento de darmos o passo em frente para resolver os anos de serviço que foram perdidos para estes professores e esperar que essa solução consiga ser, ainda antes do início do ano letivo, implementada

percebeu isso”, defendeu, afirmando que Marcelo Rebelo de Sousa “não podia arriscar que o próximo ano letivo começasse exatamente da forma caótica como este terminou”.

“Nós tivemos o ministro das Finanças a anunciar que, pela primeira vez, vamos ter um Orçamento [do Estado] sem cativações. Então se vamos ter sem cativações, é um bom momento para resolver este problema dos professores. É o momento de darmos o passo em frente para resolver os anos de servi-

ço que foram perdidos para estes professores e esperar que essa solução consiga ser, ainda antes do início do ano letivo, implementada”, defendeu.

André Ventura alertou que “o contrário é gerar uma situação caótica” no arranque do próximo ano letivo, em setembro, e considerou que “o único responsável disto é o Governo”.

O líder do CHEGA reiterou que o executivo deve apresentar aos professores uma proposta de calendarização “com datas concretas, números reais e com uma previsão específica de quando é que a sua vida estará recuperada”.

“Dizer: vamos recuperar 25% do tempo até ao final do ano, 35% até ao primeiro semestre do próximo ano, 80% até ao final do próximo ano e 100% até daqui a dois anos”, propôs.

Ventura pediu igualmente ao Governo que não fruste as expectativas dos docentes e não esteja numa mesa negocial “absolutamente artificial que só serve para empatar e perder tempo”, apontando que, de acordo com os sindicatos com quem o CHEGA falou, é o que se passa atualmente.

Outra proposta do partido passa por “um modelo de financiamento sustentável do Ministério da Educação”. André Ventura sustentou que, “quer para contratações, quer para o apoio aos docentes nas suas múltiplas atividades, tem que se estar sempre dependente de uma estrutura central”. O Presidente da República vetou, na quarta-feira, o decreto do Governo que estabelecia “os termos de implementação dos mecanismos de aceleração de progressão na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário”.

De acordo com uma nota divulgada no site da Presidência, Marcelo Rebelo de Sousa reconheceu aspetos positivos ao diploma, mas justificou a devolução do texto sem promulgação “apontando a frustração da esperança dos professores ao encerrar definitivamente o processo”, acrescentando que cria “uma disparidade de tratamento entre o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”. No site, é divulgado o texto integral enviado à presidência do Conselho de Ministros, no qual o chefe de Estado aponta, entre as “várias justas reclamações dos professores”, uma que considera central: “a da recuperação do tempo de serviço suspenso, sacrificado pelas crises económicas vividas ao longo de muitos anos e muitos Governos”.

Patricia Almeida nasceu há 42 anos em Lisboa e vive em Loures. Licenciada em Gestão e Administração Pública e Mestre em Sociologia, é deputada municipal e membro efetivo da Comissão de Saúde, da Comissão do Território, Mobilidade, Urbanismo, Habitação e Turismo e da Comissão Eventual de Acompanhamento da JMJ na Assembleia Municipal de Loures, tendo sido indigitada, em junho, Juíza Social do Tribunal da Comarca de Loures. Assume-se orgulhosamente uma mulher de direita conservadora e considera a família o mais importante da sua vida. Nos tempos livres gosta de ler, especialmente romances históricos.

O que podemos esperar da Jornada Mundial da Juventude (JMJ)?

A JMJ vai ser o maior evento alguma vez realizado em Portugal. Vai chegar a Portugal cerca de um milhão de peregrinos para participar nas celebrações e estar com Sua Santidade o Papa Francisco. Podemos esperar muita festa, mas também muita confusão.

Uma das questões mais críticas das tem sido os custos do evento. Quanto vai custar afinal a realização da JMJ?

Ninguém sabe. Não foi feito sequer um orçamento meramente orientativo. No orçamento de Estado para 2023 foi aprovada uma proposta (o CHEGA votou contra) que permite o recurso ao procedimento por ajuste direto, a dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas e a exceção das despesas com a JMJ para o cálculo do limite ao endividamento. Ou seja, um cheque em branco para o que for preciso. Estima-se que os custos totais imputados a todos os intervenientes ascendam os 180 milhões de euros. A JMJ realizada em Madrid, em 2011, teve um custo total de cerca de 50 milhões de euros e o Estado não colocou dinheiro. Cá, o Estado vai investir muito dinheiro do bolso dos portugueses e infelizmente o evento corre o risco de ficar manchado pela má gestão do PS.

O Governo criou um grupo de projeto para coordenar toda a operação, mas a relação desse grupo com as autarquias nem sempre foi pacífica. Porquê?

O Grupo de Projeto para a JMJ, cujo objetivo é assegurar o acompanhamento em termos operacionais dos trabalhos de preparação deste evento, estava inicialmente proposto para um mandato que se prolongaria até dezembro de 2023. O despacho assinado em outubro de 2022 prolongou-o até dezembro de 2024, o que significa que José Sá Fernandes, o coordenador do projeto e a sua equipa, continuarão a auferir um elevado salário mais de um ano após o fim da JMJ, sem ninguém perceber bem porquê. Em janeiro, e depois da polémica com o valor do palco a construir no Parque Tejo, Carlos Moedas pediu a revisão dos preços e dos projetos para a JMJ, dando indicação que a partir daquele momento iria coordenar tudo diretamente. Ou seja, pôs claramente em causa o trabalho do grupo de projeto e de José Sá Fernandes, mas o Governo manteve a confiança em ambos.



O Estado vai investir muito dinheiro dos contribuintes na JMJ, ao contrário do que aconteceu em Espanha

Patrícia Almeida



Após críticas relativamente ao atraso, o Governo finalmente apresentou o plano de mobilidade e saúde para a JMJ. É um plano fiável?

Não, de todo. O plano de saúde, o primeiro a ser apresentado, foi tornado público a 19 de junho e as críticas são muitas. Se, por um lado, os hospitais asseguram ter capacidade de moldar a resposta (com recurso, em alguns casos, à limitação de férias durante o período em que vai decorrer a JMJ), por outro, escasseiam os heliportos operacionais para receber doentes críticos em caso de catástrofe. Também os técnicos de emergência médica, que compõem o INEM, estão preocupados e garantem que não haverá profissionais suficientes para assegurar o funcionamento de todo o dispositivo planeado. Já o plano de mobilidade é sem dúvida o que mais me preocupa. Inicialmente anunciado para março, apenas foi apresentado a 14 de julho, não dando margem para qualquer ajuste e apresentando-se visivelmente insuficiente e sem qualquernexo.

Por que razão o considera "insuficiente e sem qualquernexo"?

Desde logo porque a supressão das carreiras habituais de passageiros foi o caminho encontrado para arranjar autocarros para o transporte de peregrinos e voluntários, ou seja, os transtornos para quem tem de se deslocar na cidade para trabalhar são desde logo intransponíveis. Depois, o aeroporto de Beja não foi sequer considerado no plano, e teremos um aeroporto de Lisboa, já habitualmente a rebentar pelas costuras, ainda mais sobrecarregado. O plano contempla ainda um número insuficiente de lugares de estacionamento, quando se estima que cheguem cerca de 300 mil peregrinos em viatura própria.

E o plano de segurança e controlo de fronteiras. Qual é a sua opinião?

No que diz respeito à segurança, o plano foi aprovado pelo Governo e demais entidades competentes na manhã da sua apresentação pública, 14 de julho, ou seja, a cerca de 15 dias do início do evento. Contudo, a par do plano de segurança, os sindicatos do setor anunciaram manifestações para a semana do evento, adivinhando-se um "verão quente" enquanto decorre a Jornada. Foi anunciado também o controlo de fronteiras terrestres, aéreas e marítimas. Desde sábado, dia 22 de julho, que este controlo se iniciou e dezenas de pessoas foram já impedidas de entrar no país por falta de documentos válidos, tendo uma sido presa quando tentava entrar com onze menores, suspeitando-se de tráfico humano. Não posso deixar, perante estes dados, de falar da questão da imigração ilegal que tantas vezes o CHEGA tem denunciado. Se nesta primeira semana de controlo fronteiriço foi assim, imaginem o que se passa sem controlo. Definitivamente, somos uma porta aberta para o que de pior se quer infiltrar em Portugal e na Europa. Queremos mesmo que tudo corra bem durante a JMJ, mas perante os factos estou muito, mesmo muito, pouco confiante.

FALTAM CONDIÇÕES PARA REFORÇAR URGÊNCIA DO SÃO FRANCISCO XAVIER, AVISAM OBSTETRAS DO SANTA MARIA

 POR AGÊNCIA LUSA

Médicos do serviço de obstetrícia e ginecologia do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, alegaram que faltam condições para reforçar a partir de 1 de agosto a urgência da especialidade no Hospital S. Francisco Xavier, também em Lisboa.

Está previsto que enquanto o bloco de partos do Hospital de Santa Maria estiver fechado para obras, em agosto e setembro, os serviços fiquem concentrados no Hospital S. Francisco Xavier, que a partir de 1 de agosto volta a funcionar de forma ininterrupta durante sete dias por semana.

Numa carta dirigida ao diretor interino do Departamento de Obstetrícia, Ginecologia e Medicina da Reprodução do Santa Maria, médicos do serviço alegam, invocando razões de segurança para grávidas e equipa clínica, "não estarem asseguradas as condições para reforçar a urgência de obstetrícia e ginecologia do Hospital S. Francisco Xavier a partir de 01 de agosto". Segundo os signatários da carta, a que a Lusa teve acesso, e dirigida também à presidente do Conselho de Administração e ao diretor clínico do Centro Hos-

pitalar Universitário Lisboa Norte, que agrega o Santa Maria, "continuam sem estar definidas condições e aspetos básicos de articulação essenciais". De acordo com a carta, os médicos do serviço de obstetrícia e ginecologia do Hospital de Santa Maria foram informados há cerca de uma semana, numa reunião com o diretor interino Alexandre Valentim Lourenço, que iriam reforçar a urgência de obstetrícia e ginecologia do S. Francisco Xavier a partir de 01 de agosto, "assegurando quatro das oito equipas" do hospital e "mantendo uma urgência interna" no Santa Maria.

Entre as condições que consideram estar em falta para reforçar a urgência de obstetrícia e ginecologia do S. Francisco Xavier, os médicos do Santa Maria listam a "possibilidade real" de assegurar a escala-tipo proposta para a urgência externa do S. Francisco Xavier (seis elementos, com um mínimo de três especialistas), a constituição e funções da equipa da urgência interna no Santa Maria, a definição dos casos que terão de ficar sob internamento neste hospital ou das "situações clínicas passí-

veis de serem referenciadas" para unidades privadas.

A carta salienta que está ainda por garantir a "informação às grávidas" vigiadas no Hospital de Santa Maria, "sobre onde e como decorrerá a sua indução de trabalho de parto e o parto", a necessidade de disponibilização

Médicos, enfermeiros e assistentes operacionais juntaram-se à entrada do Hospital de Santa Maria contra o encerramento da maternidade

de pessoal do Santa Maria "para apoio às enfermarias de grávidas e puérperas" do Hospital S. Francisco Xavier, bem como a "formação relativamente a programas informáticos, agilização de contactos com outras especialidades e processo de referênciação para outras unidades hospitala-

© DR



AMBULÂNCIA DO INEM CEDIDA AOS SAPADORES AVARIADA HÁ SEIS MESES

POR AGÊNCIA LUSA

Ambulância cedida pelo INEM aos Bombeiros Sapadores de Coimbra, que têm posto de emergência médica (PEM), está inoperacional há seis meses, afirmou o presidente do município, exigindo que o Governo resolva o problema.

"A companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, desde longa data, que tem posto de emergência médica, com a ambulância cedida pelo INEM [Instituto Nacional de Emergência Médica]. Contudo, nestes últimos anos, as ambulâncias entregues pelo INEM a esta corporação de bombeiros estão sistematicamente avariadas, passando mais tempo em oficina do que ao serviço", afirmou o presidente da Câmara de Coimbra, José Manuel Silva, que fala no período antes da ordem do dia da reunião do executivo. Segundo o autarca, há uma ambulância do INEM que está "inoperacional há seis meses", realçando que aquele veículo tem 16 anos, 360 mil quilómetros e apresenta "um desgaste muito acentuado". José Manuel Silva recordou que o anterior executivo (do PS) recusou assinar um protocolo com o INEM para a compra de uma ambulância nova.

"Porém, atualmente exige-se que o Ministério da Saúde e o Ministério das Finanças, este último o grande bloqueador do



Governo, resolvam o gravíssimo problema das ambulâncias do INEM, sob pena de termos a curto prazo um enorme problema transversal a todo o país", venceu o autarca eleito pela coligação

Juntos Somos Coimbra (Coimbra (PSD/CDS/Nós/Cidadãos!/PPM/ Aliança/RIR e Volt), que lembrou que os últimos dois concursos para a compra de ambulâncias ficaram desertos.

DONA DA REVISTA VISÃO DEVE 11 MILHÕES AO ESTADO

POR FOLHA NACIONAL

A empresa Trust in News, dona de publicações como a revista Visão, a Exame e o Jornal de Letras, entre outras, deve mais de 11 milhões de euros ao Estado.

A notícia foi avançada esta semana pelo jornal digital Página Um, que consultou as demonstrações financeiras da empresa, cuja dívida ao Estado se cifra, atualmente, nos 11,4 milhões de euros. Segundo a mesma fonte, só no ano passado, a dívida da Trust in News aumentou 3,2

milhões de euros. No entanto, e apesar do valor em dívida, o Página Um refere que o nome da empresa detentora da Visão não consta na lista de devedores, nem da Autoridade Tributária e Aduaneira, nem da Segurança Social. Segundo a mesma fonte, a Trust in News assina com regularidade contratos de prestação de serviços ou de publicidade com entidades públicas, o que não devia acontecer, pois uma empresa só pode receber pagamentos de uma entidade pública se tiver a

sua situação fiscal regularizada. O Página Um refere, no seu extenso artigo de investigação, que tentou contactar, por diversas vezes, a Trust in News e também Luís Delgado, proprietário da empresa, mas nunca obteve qualquer resposta.

De referir ainda que, no âmbito dos apoios dados à comunicação social durante a pandemia da covid-19, o Governo pagou cerca de 406 mil euros à Trust in News por serviços de publicidade antecipada.

RUBRICA N
PORTUGAL
REAL

FARO

CHEGA EM FARO RECEBE DEPUTADOS COM APUPOS

Os deputados à Assembleia da República, com assento na Comissão Parlamentar da Saúde, foram recebidos com protestos quando visitaram o Hospital de Faro. De visita a vários hospitais do distrito de Faro, os deputados foram surpreendidos por manifestantes do partido CHEGA que fizeram ouvir as suas palavras de ordem quando os eleitos entraram e saíram do Hospital de Faro. "A saúde no Algarve está doente" lia-se na lona que os manifestantes seguravam à entrada da unidade hospitalar, enquanto entoavam apupos e assobiavam com recurso a apitos. A manifestação foi organizada pela Comissão Política Distrital de Faro do CHEGA que, além da lona e dos apitos, envergou também várias bandeiras de Portugal. João Graça, presidente da distrital de Faro, explicou ao Folha Nacional que o objetivo foi o de "mostrar aos deputados" o desagrado dos algarvios para com o facto de o "Algarve estar esquecido".

LISBOA

PS REDUZIDO A TRÊS VEREADORES EM LISBOA

OPS na Câmara de Lisboa perdeu mais um vereador, que foi substituído por um membro do movimento independente Cidadãos Por Lisboa, passando ambos a ter três vereadores, mas os socialistas asseguram que têm capacidade de fazer oposição. Em causa está a renúncia de Rodrigo Lino Gaspar, independente eleito pela coligação Mais Lisboa (PS/Livre), que integrava a vereação do PS na Câmara de Lisboa e que foi substituído por Rui Franco, do movimento independente Cidadãos Por Lisboa, por ser o próximo da lista apresentada nas eleições autárquicas de 2021. Com a perda de mais um vereador, o PS passa a ser minoritário (com três membros) na própria coligação Mais Lisboa, que conseguiu eleger sete membros para o executivo municipal, tendo começado o mandato com cinco vereadores socialistas, um do Livre e um do Cidadãos Por Lisboa.

res". Há cerca de duas semanas, 50 médicos, enfermeiros e assistentes operacionais juntaram-se à entrada do Hospital de Santa Maria contra o encerramento da maternidade no verão e pelo fim do envio de grávidas para hospitais particulares.

METADADOS E LEI DO TABACO DISCUTIDOS **SÓ EM SETEMBRO**



POR AGÊNCIA LUSA

O diploma sobre metadados, a reforma dos ordens profissionais, mudanças na lei do tabaco ou a revisão constitucional são alguns dos dossiers parlamentares que ficam para a próxima sessão legislativa, que arranca em setembro.

Os trabalhos parlamentares regressam no dia 06 de setembro, com uma reunião da comissão permanente – órgão que funciona durante a pausa de férias da atividade da Assembleia da República – e o início da nova sessão legislativa está agendado para 15 de setembro, com um debate temático sobre o Serviço Nacional de Saúde e uma evocação do

centenário do nascimento da poetisa Natália Correia.

Entre os trabalhos que ficam em 'suspenso' até ao regresso dos deputados a São Bento estão as alterações à legislação sobre os metadados para ultrapassar a declaração de inconstitucionalidade do Tribunal Constitucional (TC) que, em abril de 2022, considerou que esta legislação violava a lei fundamental ao determinar a conservação de dados durante um ano, de forma generalizada. O parlamento formou um grupo de trabalho dedicado ao tema e PS e PSD já apresentaram um texto comum que prevê a conservação dos metadados durante três meses e, sem oposição expressa dos

clientes, por outros três, mas a proposta só será votada na próxima sessão legislativa. No último plenário com votações antes da pausa para férias, o PS aprovou isolado na generalidade duas propostas de lei do Governo relativamente ao funcionamento das ordens profissionais – reforma que tem sido criticada pela oposição e contestada pelas respetivas ordens.

Este trabalho continuará a ser feito pelos deputados, agora na especialidade, já depois de, em dezembro do ano passado, ter sido aprovado um decreto que alterou o regime jurídico das associações públicas profissionais, diploma que passou este ano pelo 'crivo' do Tribu-

Os trabalhos parlamentares regressam no dia 06 de setembro, com uma reunião da comissão permanente e o início da nova sessão legislativa está agendado para 15 de setembro, com um debate temático sobre o SNS

nal Constitucional, depois de ter sido enviado para o Palácio Ratton pelo Presidente da República. Outro dossier que também passa para a próxima sessão legislativa é a proposta de lei do Governo que inclui diversas alterações à lei do tabaco, que pretendem "ir mais longe" nas restrições à venda e nas limitações ao consumo.

Já a revisão constitucional deverá iniciar o processo de votações, depois de uma primeira ronda dedicada ao debate das várias propostas de alteração aos artigos e de audições, sendo ainda incerto que PS e PSD se entendam para alcançar os dois terços necessários para aprovar qualquer alteração.

O CHEGA FOI O PARTIDO COM MAIS PROJETOS NA AR

✎ POR FOLHA NACIONAL

O CHEGA foi o partido que apresentou mais projetos de lei nesta legislatura, revelou o Diário de Notícias. O partido de André Ventura deu entrada com 169 projetos, a par do partido PAN, mas o rolo compressor do Partido Socialista fez com que nem uma só proposta fosse aprovada. Atrás do CHEGA, em termos de produção de iniciativas legis-

lativas, esteve o PCP, com 153 iniciativas e o Bloco de Esquerda com 128 projetos de lei, sendo que estes partidos têm um histórico parlamentar que lhes permite repescar iniciativas apresentadas noutras sessões legislativas.

Por outro lado, o CHEGA foi o único partido a ver todas as suas iniciativas chumbadas, mantendo-se assim a 'cerca

sanitária' em relação ao partido liderado por André Ventura. Entre os restantes partidos que lideram o ranking em termos de iniciativas aprovadas pela maioria socialista, destaca-se a Iniciativa Liberal, com nove propostas aprovadas, seguida do PAN, com oito propostas aprovadas e do PSD, com sete propostas a terem luz verde dos socialistas.

ESTADO TEM DE RESOLVER SITUAÇÃO DA LINHA AÉREA MADEIRA-PORTO SANTO



mou Miguel Albuquerque.

O presidente do executivo madeirense, de coligação PSD/CDS-PP, falava à margem de uma visita a uma empresa, no concelho de Santa Cruz, na qual acompanhou, enquanto líder do Partido Social Democrata da Madeira, o presidente social-democrata, Luís Montenegro, que se encontrava na região no âmbito da iniciativa 'Sentir Portugal'.

Questionado pelos jornalistas, Miguel Albuquerque explicou que, atualmente, os passageiros não podem marcar voos com data posterior a 23 de agosto por a situação do contrato de concessão da linha aérea entre a Madeira e o Porto Santo ainda não estar resolvida. "Portanto, das duas, uma: ou isto vai continuar como está, o que é prejudicial para a população do Porto Santo, ou esta situação tem de ser resolvida", reforçou.

Em junho, o ministro das Infraestruturas, João Galamba, assegurou que a linha aérea entre a Madeira e o Porto Santo será adjudicada, por três anos, antes do fim da prorrogação do contrato com a companhia espanhola Binter, em 23 de agosto. "O serviço será plenamente assegurado com uma adjudicação e não com uma prorrogação", declarou João Galamba na ocasião, em declarações aos jornalistas à margem da apresentação do novo terminal sustentável do Aeroporto do Porto Santo.

✎ POR AGÊNCIA LUSA

O presidente do Governo da Madeira, Miguel Albuquerque, reiterou que o Estado tem de adjudicar o contrato de concessão da linha aérea entre as ilhas da região ou prorrogar o contrato existente com a Binter. "Ou ad-

judicam a concessão e tem de ir ainda ao Tribunal de Contas [...], ou então têm de prorrogar a concessão porque as pessoas não podem ficar muito mais tempo sem possibilidade de marcarem as passagens a partir do dia 23 [de agosto]", afir-

GALAMBA OTIMISTA EM TRAVAR GREVE DOS COMBOIOS



✎ POR AGÊNCIA LUSA

O ministro das Infraestruturas, João Galamba, afirmou que prosseguem as conversações com os representantes sindicais dos trabalhadores das bilheteiras e revisões da CP- Comboios de Portugal, manifestando-se otimista que seja possível chegar a acordo e evitar a greve.

Questionado sobre notícias que indicavam que o seu ministério já tinha chegado a acordo com o Sindicato Ferroviário de Revisão Comercial Itinerante (SFRCI), faltando apenas o aval das Finanças para o mesmo ser fechado, João Galamba não as confirmou, afirmando que as negociações decorrem. "Não confirmo, de todo, essa notícia. Confirmo, isso sim, que estamos em conversações, como sempre temos estado com os sindicatos todos, e em concreto (o SFRCI é), neste momento, o último com que falta chegar a acordo, mas continuamos a acreditar e (estamos) otimistas de que é possível chegar a acordo e evitar a manutenção de greve", referiu

João Galamba.

O ministro das Infraestruturas falava à margem de uma visita ao Centro de Controlo de Tráfego (CCT) da Infraestruturas de Portugal (IP) que funciona nas instalações junto à ponte 25 de Abril, tendo precisado ser "da maior importância" que seja possível chegar a acordo e evitar a realização da greve que abrange o período durante o qual Lisboa acolhe a Jornada Mundial da Juventude (JMJ). O Sindicato Ferroviário de Revisão Comercial Itinerante (SFRCI) marcou greve para o período compreendido entre as 00:00 de 21 de julho e as 23:59 do dia 06 de agosto, com os CP- Comboios de Portugal a alertar para perturbações na circulação ferroviária, em todos os serviços, "com possível impacto no dia seguinte ao período da greve, a 07 de agosto". Foram definidos serviços mínimos para comboios de longo curso e regional para os dias entre 31 de julho e 06 de agosto de 2023

GOVERNO ALTERA GOVERNAÇÃO DOS FUNDOS E AJUSTA PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTOS

POR AGÊNCIA LUSA

O Governo alterou o modelo de governação dos fundos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e ajustou os procedimentos relativos aos respetivos pagamentos, clarificando também a intervenção de cada órgão. Um decreto-lei publicado em Diário da República clarifica que a Comissão Interministerial é presidida pelo primeiro-ministro, António Costa, e composta também pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do Planeamento, Finanças, Economia, Educação, Saúde, Ambiente e Ação Climática, Infraestruturas e Habitação. Esta comissão, responsável pela coordenação política, funciona em plenário e os membros do Governo responsáveis pelas respetivas áreas devem acompanhar os investimentos e reformas do PRR, em articulação com os membros responsáveis pelo Planeamento e pelas Finanças. O Governo precisou ainda que, além de coordenar a política e estratégia global do PRR, a comissão pode definir mecanismos de gestão estratégica e de execução do plano. Por outro lado, cabe-lhe apreciar e aprovar o relatório anual de progresso, após o parecer da Comissão Nacional de



Acompanhamento (CNA), apreciar os assuntos de caráter setorial e transversais às várias áreas governativas e elaborar e aprovar o regulamento interno. Já no âmbito da CNA, o respe-

tivo presidente assegura a coordenação geral dos trabalhos, representa institucionalmente a comissão e assegura a articulação com as restantes entidades responsáveis pelo mo-

delo de governação. A coordenação técnica e de gestão é gerida pela estrutura de missão Recuperar Portugal, que fornece apoio às equipas das áreas governativas, prepa-

ra e submete os pedidos de desembolso dos financiamentos do PRR semestrais, implementa um sistema de gestão e controlo interno e promove a avaliação dos resultados do plano. A Comissão de Auditoria e Controlo realiza ações de controlo ao funcionamento da gestão do PRR, emite um parecer prévio sobre os pedidos de desembolso dos financiamentos e apresenta recomendações para mitigar e corrigir os desvios identificados nos procedimentos de controlo interno do plano.

A Inspeção-Geral de Finanças e a Agência I.P. asseguram o apoio técnico e administrativo à CAC. O diploma esclarece ainda que os membros da CNA e da CAC não têm direito a qualquer remuneração.

Contudo, o presidente da CNA é equiparado, para efeitos remuneratórios, a um dirigente superior de 1.º grau, podendo optar, "caso seja trabalhador com relação jurídica de emprego público, pela remuneração base correspondente ao posto de trabalho de origem ou às funções que exercia à data da designação, acrescida das despesas de representação". São ainda atribuídas senhas de presença e ajudas de custo pela participação em reuniões às nove personalidades que integram a CNA, bem como a um membro da CAC.

DÍVIDA DAS FAMÍLIAS, EMPRESAS E ESTADO SOBE PARA 804 MIL MILHÕES

POR AGÊNCIA LUSA

O endividamento do setor não financeiro (administrações públicas, empresas e particulares) aumentou 8.814 milhões de euros em maio, em termos homólogos, para 804.444 milhões de euros, informou o Banco de Portugal (BdP). Face a abril, este indicador avançou 1.622 milhões de euros, segundo uma nota de informação estatística publicada no portal do banco central. No final de maio, o endividamento do setor privado era de

440.567 milhões de euros, o do setor público 363.877 milhões de euros e o dos particulares era de 151.706 milhões de euros. De acordo com os dados publicados pelo BdP, o endividamento do setor público subiu 7.453 milhões de euros face a maio de 2022, enquanto face ao mês anterior a subida foi de 1.111 milhões de euros.

No caso do setor privado, o crescimento do endividamento ao ano foi de 1.361 milhões de euros, enquanto face a abril

este indicador subiu 511 milhões de euros.

O endividamento dos particulares subiu 1.785 milhões de euros nos 12 meses terminados em maio deste ano, mas "não se alterou de forma relevante em relação ao mês anterior" (subida de 6,6 milhões de euros face a abril).

Já o endividamento total dos particulares cresceu 1,38% relativamente ao período homólogo, contra os 1,73% registados em abril.

PREÇOS DOS CERÉAIS CRESCEM ABRUPTAMENTE

POR AGÊNCIA LUSA

Os preços dos cereais registaram, esta semana, subidas acentuadas nos principais mercados, uma semana depois da rutura do acordo para a exportação do grão ucraniano.

No mercado europeu Euronext, baseado em Paris, os contratos de futuros do trigo começaram a semana com variações entre 10,5% e 17,25% (neste caso, para os que vencem em setembro), enquanto os de milho chega-

ram a 14%, no caso dos que acabam em agosto. A bolsa de Chicago registou operações com subidas entre 46,25% e 60% nos contratos de futuros do trigo, enquanto no milho os aumentos foram de entre 22% e 26,25%.

Em Espanha, na semana passada, a primeira desde que na segunda-feira foi interrompido o acordo, alterou-se a tendência descendente e os preços do trigo, do milho e da cevada subiram cerca de três por cento.

Opinião


VISÃO DE ESTADO - PARTE I

POR **DIOGO GODINHO**
ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DE DIREITO

Estamos a nove meses de completar 50 anos da fundação do atual regime e alguns dos leitores dirão que é mais do que tempo de refletirmos sobre estas cinco décadas, e as tais conquistas que elas trouxeram. Não digo que não o façamos, de forma analítica e objetiva, com o rigor e a clareza política que a História nos exige. Porém, pergunto-lhe, caro leitor, se isso não é justamente o que temos vindo a fazer nos últimos anos? As críticas e contestações ao atual sistema têm vindo a agudizar-se, e isso, é só de per si, sinal de que os portugueses têm vindo a matutar sobre os males deste establishment político. Aliás, o nosso partido CHEGA nasce do binómio «contestação-reforma» ao atual sistema, pelo que daí se depreende que não têm faltado reflexões sociais ao sistema que nasceu lá em abril de 1974.

Partindo da assunção anterior, em abril de 2024 devemos estar a olhar para o futuro e a pensar num novo sistema, refundado das cinzas do atual, e em disrupção total com o que há de pior neste presente. Para o efeito, torna-se cada vez mais premente assentarmos um conjunto de ideias que sejam a nossa bússola condutora. Se virmos bem, o regime forjado em abril de 74, de matriz socialista, tornou-se opaco e blindou-se a si mesmo, só permitindo em escassos momentos, aqui e acolá, o contrapeso de pontuais reformas dos partidos que haviam estado na Aliança Democrática. Pouco a pouco, o sistema socialista foi-se instalando e entranhando até alcançar todas as instituições do nosso país. E como se não bastasse, propagou-se um estado mental ideológico ao qual à agenda globalista veio a assentar como uma luva. Nada despropositado.

Pensar Portugal é um exercício a que a direita portuguesa hoje está a ser convocada. Refiro-me a Pensar Portugal a médio e longo termo, não ao mero ato eleitoralista, comezinho e estreito de mente, feito a pensar nos próximos quatro anos. Isso não chega! Há que almejar um marco de tempo muito maior, isto é, pensar Portugal para as próximas décadas. Precisamos de deixar claro para as gerações

vindouras, as reformas vitais de que Portugal carece nos vários setores económicos e sociais, passando pelos tradicionais setores produtivos, a agricultura e pecuária, as pescas, a indústria, os serviços e as atividades ligadas às novas tecnologias. No campo do ensino, urge definir um modelo de escola pública que convoque à responsabilização de todos os agentes da comunidade escolar, fazendo a destrição entre ensino e educação. Neste âmbito, a escola portuguesa e os respetivos programas deverão procurar ser relativamente neutros quanto à ideologia, mas não quanto aos valores, porquanto axiologicamente se insere numa cultura de matriz cristã.

Partindo do princípio, como convém, atrevo-me a dizer que é importante definirmos desde logo o regime que mais convém a Portugal, seja de índole presidencialista ou de outro tipo qualquer. Tendo isto assente, será também conveniente que se faça um esboço do quadro de ministérios, secretarias, direções gerais e institutos públicos desejados, criando-se o necessário e eliminando-se o desnecessário, com vista à reforma orgânica do aparelho do estado. Urge eliminar as gorduras do estado e criar ministérios que façam de todo sentido, tal como o Ministério da Família.

Os jovens de direita devem ter claro o plano de trabalho para as próximas décadas e por isso, devem também ser convocados a colaborar na reconstrução do país que todos almejamos. Trata-se de um empreendimento nacional, e como tal, só fará sentido se for pensado e repensado com a colaboração de todos, mais velhos e mais novos.

Reformar Portugal exige-nos mesmo a construção de uma agenda a médio-longo prazo, talhada a definir os pontos cruciais da transformação de que o nosso país tanto necessita. Mais além dos programas eleitorais, que por certo devem acompanhar a leitura do momento social que se vive, precisamos de uma agenda verdadeiramente reformista, uma agenda de Portugal-2050. Com isto quero dizer, que é preciso à data de hoje ter Visão de Estado.



Se virmos bem, o regime forjado em abril de 74, de matriz socialista, tornou-se opaco e blindou-se a si mesmo.

◀ Diogo Godinho



Só se lamenta que o Estado não dê um bom exemplo ao não saber com rigor quantos edifícios são de sua propriedade

Luís Fernandes ▶

Opinião


QUEM BAZA, QUER CASA!

POR **LUÍS FERNANDES**
DEPUTADO MUNICIPAL EM SINTRA

Segundo o governo socialista, de acordo com o que advém do Programa MAIS HABITAÇÃO, personificado pela Ministra da Habitação e pelo Primeiro-Ministro Infelizmente, as regras prioritárias são: CASA VAZIA É PARA SER OCUPADA! e ABAIXO OS ESPECULADORES!

"Porque todos têm direito a viver nas zonas mais caras da cidade", como disse a Ministra da Habitação em fevereiro deste ano, aquando da apresentação das medidas contidas no Programa MAIS HABITAÇÃO. Este é a metodologia, que sendo bizarra e segundo se depreende destas e de outras similares afirmações da Ministra da Habitação e de vários membros do governo socialista, coloca rapidamente um ponto final à especulação até haver habitação para todos.

De acordo com uma lista apresentada pelo governo em março deste ano, o número de edifícios devolutos em Portugal corresponde apenas a 35 concelhos, quando existem em todo o país 308. Segundo o primeiro-ministro, a razão desta lista representar um número tão diminuto de concelhos, fica-se a ver ao facto de muito municípios nunca terem inventariado os prédios devolutos existentes nos seus territórios.

Só se lamenta que o próprio Estado não dê um bom exemplo, pois para além de não saber com rigor quantos edifícios são de sua propriedade, existem vários exemplos de inépcia de atuação por parte do Governo, de que relata três casos:

- Venda dos terrenos da Feira Popular em dezembro de 2018 por 240 milhões de euros, com Fernando Medina, então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a garantir que a margem ali obtida seria aplicada em rendas acessíveis. Para quando a concretização?

- Venda em finais de 2021, do antigo Hospital do Desterro na Avenida Almirante Reis à Main-side Investments pelo valor de 10,5 milhões de euros para ser convertido num hotel. Que sentido faz suspender licenças de AL para turistas, quando em simultâneo o Estado vende os seus bens imóveis para a construção de hotéis?

- Tendo a ESTAMO (em julho de 2022, o ministro das Finanças,

Fernando Medina, nomeou o antigo diretor de Gestão Patrimonial da Câmara Municipal de Lisboa, António Furtado, como novo presidente da empresa que gera um portfólio imobiliário público avaliado em cerca de 1.000 milhões de euros), vendido entre 2017 e 2021 património do Estado no valor total de quase 143,5 milhões de euros, e que desse património, em 2018 foi vendido a privados 96%, 85% em 2019 e 99% em 2021 (não existem números públicos em 2020 e 2022), tem o Estado a noção de quantas casas poderia ter construído com essa verba? Que exemplo este governo socialista faculta, perante a revelada contradição, para não dizer anarquia, no que concerne ao número de imóveis do Estado desocupados e devolutos, pois se são indicados 12455 imóveis pelo Sistema de Informação dos Imóveis do Estado, a Autoridade Tributária contrapõe com uma listagem composta por 32 546 edifícios, enquanto uma auditoria da Inspeção-Geral das Finanças datada de 2020 revelava que o Estado tinha mais de 4500 imóveis desocupados e outros 61 arrendados a particulares e sem uso.

Perante estes cenários, quanto começa o Estado a reabilitar de acordo com um planeamento financeiramente sustentável e com uma cadência consistente no que concerne à execução de obra, para conseqüentemente, arrendar a preços baixos os imóveis que são de sua propriedade? Para quando o Estado considera possível aumentar a oferta e, desse modo, criar condições para alojar as famílias que necessitam de uma habitação condigna, aumentando os míseros 2% de habitação pública, em contraponto aos mais de 30% da média europeia?

A crise da habitação é em termos sociais insustentável, em que a existência de tantas casas vazias, em plenos centros urbanos, é escandalosa, pelo que há de exigir a quem governa o máximo rigor e transparência, objetivando respostas reais, que vão ao encontro das necessidades dos portugueses. Pelo que, não admira que quem não encontra uma habitação condigna, se vá embora.

Porque... quem baza, quer casa! E possivelmente não voltará!



MELONI E VON DER LEYEN UNEM FORÇAS PARA ACABAR COM TRÁFICO DE IMIGRANTES

POR AGÊNCIA LUSA

A primeira-ministra italiana recebeu o total apoio da presidente da Comissão Europeia relativamente ao objetivo de que a UE colabore com os países africanos para deter as redes de traficantes que promovem a imigração ilegal no Mediterrâneo. "Tornou-se um modelo de negócios lucrativo para o crime organizado. Comercializam sonhos e vidas humanas. Devemos acabar com este modelo de negócios cínico", disse a líder eu-

ropeia durante um discurso em Roma, citada pela agência EFE. A capital italiana sediou um encontro entre líderes e representantes de organismos multilaterais para promover a reforma da migração da líder de direita italiana, Giorgia Meloni. A convocatória, anunciada sob o título 'Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Migração', aproveitou a presença em Roma de numerosos responsáveis para a Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, que começa na próxima semana na sede da Or-

ganização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. "Estamos ligados pelo Mediterrâneo. Mas a cooperação entre o norte e o sul, o leste e o oeste do Mediterrâneo nem sempre foi a norma. Queremos mudar esta abordagem", assinalou a primeira-ministra italiana. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, concordou com Meloni ao defender uma sinergia entre política migratória e projetos de desenvolvimento financiados pela União Europeia: os países que recebem ajuda comprometem-se a refor-

çar as fronteiras e, por sua vez, o impulso económico nos países de origem impediria o êxodo de pessoas. Nesse sentido, declarou que depois de "acabar" com a dependência da Rússia, a UE olha agora para África como o principal fornecedor de energia limpa: "Toda a região tem recursos naturais como sol, vento e imensas paisagens em abundância". Por isso, pediu que a Europa e África estabeleçam uma "nova associação estratégica" baseada "no desenvolvimento económico e humano, no comércio, no investimento e na gestão das migrações".

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, concordou com Meloni ao defender uma sinergia entre política migratória e projetos de desenvolvimento financiados pela União Europeia

CIRURGIAS DE MUDANÇA DE SEXO SÃO PROIBIDAS NA RÚSSIA PARA "PROTEGER A FAMÍLIA"

POR AGÊNCIA LUSA

O Presidente da Rússia, Vladimir Putin, ratificou a entrada em vigor de uma nova legislação que proíbe cirurgias para a mudança de sexo, numa nova medida contra a comunidade LGBTQ+ no país euro-asiático. A medida já tinha sido aprovada na semana passada pelo Conselho da Federação e previamente pela câmara baixa da Duma. O projeto foi apresentado por um grupo de cerca de 400 deputados de diversas forma-

ções políticas. O documento inclui um artigo que proíbe a alteração de sexo de uma pessoa, à exceção de intervenções cirúrgicas destinadas a tratar anomalias congénitas nas crianças, que poderão ser aprovadas após consentimento de uma comissão médica. A nova lei também impede que um cidadão possa alterar o seu nome no registo civil. Os legisladores consideram que a medida protege a Rússia da "ideologia anti-família ocidental".



DEMISSÃO DA MINISTRA DA JUSTIÇA DA NOVA ZELÂNDIA DEPOIS DE ACIDENTE DE VIAÇÃO

POR AGÊNCIA LUSA

A ministra da Justiça da Nova Zelândia, Kiritapu Allan, demitiu-se depois de ter sido implicada num acidente de viação, afirmando que ficar no cargo "era insustentável". Allan apresentou a demissão com "efeito imediato" ao primeiro-ministro neozelandês, Chris Hipkins. "As minhas ações demonstram que não estou bem, que me desiludi a mim própria e aos meus colegas", admitiu. "Concordo

que a minha posição é insustentável", frisou. Allan deixou também o cargo de ministra do Desenvolvimento Regional e todas as restantes funções governamentais. Kiritapu Allan foi acusada de condução descuidada e de resistência à prisão, indicou Hipkins, acrescentando que foi multada, depois de o teste de álcool ter apresentado um resultado superior ao limite legal. A ministra ficou detida por breves instantes, após o acidente.

ELEIÇÕES EM ESPANHA DEIXARAM PAÍS DIVIDIDO E NA TOTAL INCERTEZA



© Facebook / Alberto Núñez Feijóo

POR AGÊNCIA LUSA

As eleições legislativas do passado domingo em Espanha terminaram sem maiorias absolutas à esquerda ou à direita, deixando em aberto quem liderará o próximo governo. Os conservadores do Partido Popular (PP) foram os mais vo-

tados, mas sem conseguir uma maioria absoluta com o VOX. O PP, com 136 deputados, e o VOX, com 33, só conseguiram somar 169 deputados no parlamento, ficando a sete dos 176 necessários para a maioria absoluta. O partido socialista (PSOE), que

lidera o governo atual, foi o segundo mais votado e elegeu 122 deputados, que com os 31 da plataforma de extrema-esquerda Sumar totalizam 153 lugares. No entanto, PSOE e Sumar poderão ter mais lugares no parlamento do que a direita e a direita radical por causa dos deputados eleitos pelos partidos regionais que tiveram como aliados na última legislatura.

Segundo as contas dos meios de comunicação social espanhóis, o PP, o VOX e outros partidos que em 2019 votaram contra a investidura do atual Governo do primeiro-ministro Pedro Sánchez têm agora 171 deputados, enquanto o bloco que viabilizou o executivo tem 172. O presidente do PP, Alberto Núñez Feijóo, pediu no domingo aos outros partidos que o deixem formar governo e que não se crie um "bloqueio". Feijóo afirmou que como líder do "partido mais votado" vai "abrir o diálogo" de imediato com outros partidos que elegeram deputados e "tentar formar governo", "de acordo com os resultados eleitorais e a vitória eleitoral" do PP. O líder do PP insistiu que essa foi "a vontade expressa pelos espanhóis" e pediu que "ninguém tenha a tentação de voltar a bloquear Espanha". Segundo a lei espanhola, o Congresso dos Deputados saído das eleições do passado domingo vai formar-se no próximo dia 17 de agosto e aí se inicia a nova legislatura.

MARCAS DESTROEM ROUPA QUE TINHAM PROMETIDO RECICLAR

POR AGÊNCIA LUSA

A maior parte das roupas doadas a grandes marcas, que prometem reutilizá-las ou reciclá-las, é na verdade destruída, deixada em armazéns ou enviada para África, segundo uma investigação divulgada. A investigação, da responsabilidade da organização 'Changing Markets Foundation', com sede nos Países

Baixos, indica que várias cadeias internacionais "deitam fora roupas que prometeram salvar". E trata-se de roupa, diz a organização, em perfeitas condições.

A organização não-governamental (ONG) explica num comunicado que usou 'air tags' da Apple (dispositivos que enviam a localização) e assim conseguiu rastrear 21 peças de roupa usada, em perfeitas condições. Os artigos foram doa-

dos às lojas H&M, Zara, C&A, Primark, Nike, The North Face, Uniqlo e M&S na Bélgica, França, Alemanha e Reino Unido, e outros doados a uma grande cadeia de vendas online.

Grandes marcas comprometem-se a reciclar, produzir menos resíduos, acabar com produtos químicos perigosos, e fazem ofertas para quem entregar roupa em segunda mão, que dizem ser para reciclar ou reutilizar.

INCÊNDIOS NA ARGÉLIA MATAM PELO MENOS 15 PESSOAS



POR AGÊNCIA LUSA

Pelo menos 15 pessoas morreram e outras 26 ficaram feridas na sequência dos incêndios que desde o passado domingo estão a afetar 16 cidades no nordeste da Argélia, informou o Ministério do Interior argelino. Cerca de 97 incêndios estão a

De acordo com o Ministério do Interior argelino, as operações de combate aos incêndios estão a acontecer em seis cidades – Bumerdes, Buirra, Tizi Uzu e Bejaia na Cabília, bem como em Yiyel e Skikda – com cerca de 7.500 operacionais no terreno e com o apoio de 350 veículos e meios aéreos, que estão a conseguir controlar grande parte dos fogos. "Estão a operar 12 meios aéreos de combate a incêndios nestas seis cidades, incluindo helicópteros de combate a incêndios da Força Aérea do Exército, assim como uma aeronave de combate a incêndios de grande capacidade", referiu a mesma fonte.

A Argélia, com mais de quatro milhões de hectares de florestas, registou nas últimas semanas uma vaga de calor sem precedentes, com temperaturas que chegaram a atingir os 50 graus à sombra na capital, Argel, e em várias províncias costeiras. Uma nova onda de calor vai afetar todo o país, com temperaturas previstas de 48 graus à sombra e que vai prolongar-se até à próxima segunda-feira, segundo um alerta emitido pelos serviços meteorológicos locais.

Uma nova onda de calor vai afetar todo o país, com temperaturas previstas de 48 graus à sombra e que vai prolongar-se até à próxima segunda-feira, segundo um alerta emitido pelos serviços meteorológicos locais.

lavrar na região, principalmente na cidade costeira de Yiyel e na zona de Cabília, assim como em outras cidades vizinhas, afetando florestas e plantações agrícolas, além de atingir áreas povoadas "devido aos fortes ventos que sopraram na região", segundo a mesma fonte.



Opinião


IMIGRAÇÃO

POR **FERNANDO DUQUE**
DEPUTADO MUNICIPAL EM COIMBRA

Começamos por um exemplo concreto e possível, caso não haja quaisquer restrições Nacionais ou de enquadramento europeu, nomeadamente no acordo de Schengen. O espaço Schengen engloba 27 países que aboliram o passaporte e controle fronteira, possibilitando assim a livre circulação de pessoas e bens. Dito isto, passemos ao exemplo complementar, que nos define como uma antiga potência marítima de há 500 anos, com alguns territórios ou países com os quais estivemos diretamente ligados e que hoje são grandes países, a nível populacional, como Angola e Moçambique, com mais de trinta milhões de habitantes e Brasil com mais de 220 milhões. Com estes países Portugal tem acordos no âmbito dos PALOPS que permitem, uma imigração mais facilitada, pela língua e pertença aos países de espaço lusófono. Um exemplo, é Cabo Verde com uma das maiores comunidades de imigrantes no nosso país. Mas aqui começa a realidade que me permite abordar esta situação em concreto, pois tudo parece simples quando não tem regras ou limitações, como se isso fosse possível, desejável ou até concretizável, sem olhar às consequências. Só pelas dimensões, quer em número de pessoas quer em extensão geográfica destes países, quando comparada com os nossos limitados pouco mais de 90 mil quilómetros quadrados, teremos que pensar que são realidades diferentes e não se pode aplicar a igualdade absoluta. Necessitando, como se diz em linguagem popular, de imigrantes como de pão para a boca, Portugal de hoje, com acentuado decréscimo populacional tem de o colmatar com imigração. Assim, algum controle deve ser definido, traduzido em lei e aplicado, sem o qual o caos se pode instalar em pouco tempo. Segue o exemplo em concreto: Imaginemos, e sem grande esforço, porque isso é possível, a entrada, só por via aérea e terrestre de 40 mil imigrantes por mês, o que daria quase 500 mil pessoas\ano o que perfaz 5 milhões de pessoas por década. Uma década é um es-

paço temporal previsível para se prever e analisar as consequências de tal situação, dita aqui na sua simplicidade numérica, sem ainda entrar em qualquer tipo de controle pelo ainda SEF, agora em migração também para um futuro organismo de controle de imigração, ou que tipo de imigrantes. Deixando aqui de fora outras entradas como refugiados e exilados, fora desta análise. Numa década, Portugal passaria de 10 milhões de habitantes para 15 milhões com tudo de bom que resolveria a nível de mão de obra, decréscimo populacional e claro aumento de riqueza e pujança do país, pois estou a falar de imigração para trabalhar, viver e ser português, por opção, das leis nacionais que o permitem ou solicitem. Assim passaríamos da resolução dos referidos problemas, para um aumento exponencial, decorrentes e consequentes dos números avançados. Vejamos, apenas alguns. A economia portuguesa necessita de 5 milhões por década? As infraestruturas responderiam a tal quantidade de pessoas? Seria possível a nível de habitação condigna essas pessoas terem acesso? Seríamos um país que respondesse a nível de condições humanas e apoio de cuidados de saúde no SNS, no ensino Público? Serviços de fornecimento de água, eletricidade e saneamento? Sem pensar ou permitir que uma parte das pessoas viria a "viver" o flagelo das barracas na Costa da Caparica, que nos envergonha como país desenvolvido? Permitiremos que cheguem e vivam em condições degradantes, quase 50 anos de 25 de Abril. Dito isto, e sem entrar em detalhes de discussão política ou de legislação e sua adaptação quer de limitação ou enquadramento de necessidades, com as consequentes regras de vivência em sociedade com as tais condições básicas de conforto, penso que estamos no tempo certo de enquadrarmos estas questões para bem das centenas de milhares que já cá estão e das populações que com eles constituem o país que somos, para bem de todos, com futuro e progresso integrado.



Tudo parece simples quando não tem regras ou limitações, como se isso fosse possível, desejável ou até concretizável, sem olhar às consequências

↳ Fernando Duque



É essencial que as políticas públicas estejam voltadas para a promoção da justiça social e para a redução da desigualdade.

Natividade Barbosa ▶


Opinião


LUCROS EXORBITANTES DOS BANCOS E A DESIGUALDADE SOCIAL

POR **NATIVIDADE BARBOSA**
CONSULTORA TÉCNICA EM ENERGIAS RENOVÁVEIS

Depois da notícia da semana passada sobre os lucros exorbitantes da Caixa Geral de Depósitos (CGD) que aumentaram para 608 milhões de euros no primeiro semestre, uma subida de 25,2% face a igual período do ano passado, informação divulgada pelo banco, mas, contudo, a desigualdade social continua a ser um dos problemas mais graves enfrentados pela sociedade atual. Enquanto largos milhares de pessoas vivem em condições de extrema pobreza, os bancos continuam a acumular enorme lucro. Esta disparidade chama a atenção para a falta de imparcialidade no sistema financeiro e para a necessidade de uma distribuição mais justa da riqueza. Os bancos desempenham um papel fundamental na economia global, fornecendo serviços financeiros essenciais para empresas e indivíduos em geral. No entanto, nos últimos anos, tem havido um crescente debate sobre a ética dos lucros dos bancos e sua contribuição para a desigualdade social. Uma das principais críticas é o fato de que os bancos tem beneficiado enormemente da manipulação dos mercados e de práticas financeiras duvidosas. Durante a crise financeira de 2008, por exemplo, muitos bancos foram resgatados pelos Governos com dinheiro dos contribuintes, mas continuaram a pagar prémios milionários aos seus Diretores. Enquanto isso, milhares de pessoas perderam os seus empregos e suas casas devido à crise. Além disso, os bancos desfrutam de privilégios fiscais significativos em muitos países. Isso significa que pagam menos impostos comparando com outras empresas e indivíduos de rendimento médio. A vantagem fiscal contribui para a concentração de riqueza nas mãos de poucos, agravando ainda mais a desigualdade social. Outro fator importante é a diferença nos serviços financeiros disponíveis para os ricos e para os pobres. Enquanto os bancos oferecem uma ampla gama de produtos e serviços aos clientes ricos, como investimentos de retorno alto e gestão patrimonial, aqueles que não têm acesso a esses serviços são

deixados para lidar com altas taxas de juros nos empréstimos e serviços bancários básicos. Essa iniquidade no sistema financeiro torna extremamente difícil para os mais pobres escaparem da pobreza e alcançarem uma vida melhor. A falta de acesso a crédito acessível e a oportunidades de investimento impede que essas pessoas melhorem a sua situação financeira. Enquanto isso, os bancos continuam a acumular lucros exorbitantes! No entanto, é importante ressaltar que nem todos os bancos são iguais... Alguns tem uma abordagem mais socialmente responsável e estão envolvidos em iniciativas para reduzir a desigualdade social. Oferecem produtos e serviços financeiros adaptados às necessidades das populações de baixo rendimento e investem em programas de inclusão financeira e social. A regulamentação do setor financeiro é fundamental para garantir a equidade no sistema. É essencial que as políticas públicas estejam voltadas para a promoção da justiça social e para a redução da desigualdade, não apenas no setor bancário, mas em toda a economia. Isso significa combater a evasão fiscal, garantir que os impostos sejam pagos de forma justa e redistribuir a riqueza de forma mais equitativa. Concluindo, a desigualdade social e o enorme lucro dos bancos estão interligados. O setor financeiro desempenha um papel-chave na economia, mas a sua prática tem de ser revista para reduzir a desigualdade. Além disso, é necessário um esforço conjunto entre governo, bancos e sociedade civil para promover um sistema financeiro mais justo e inclusivo, que contribua para a redução da desigualdade social e para uma distribuição mais equitativa da riqueza. Os nossos idosos e famílias que não conseguem acompanhar a inflação, já que os gastos fixos duplicaram com a inflação, agora pergunto, o Estado Português não analisa a situação no seu global? Porquê? Tudo se pode resolver havendo uma correta política de gestão, gerir bem os meios financeiros e não dar a quem não precisa!

DIOGO RIBEIRO É PRATA NOS 50 METROS MARIPOSA NOS MUNDIAIS DE NATAÇÃO

POR AGÊNCIA LUSA

O nadador português Diogo Ribeiro, de 18 anos, conquistou a prata nos 50 metros mariposa do Campeonato do Mundo de Fukuoka, no Japão, dando a primeira medalha a Portugal em Mundiais.

O feito histórico do jovem, recordista mundial júnior da distância, foi conseguido com um tempo de 22,80 segundos, novo recorde nacional, atrás do italiano Thomas Ceccon (22,68) e à frente do francês Maxime Grousset (22,82).

O atleta do Benfica, que se estreia em Mundiais sénior e consegue logo um feito histórico, deu a primeira medalha a Portugal, melhorando o quinto lugar de Alexandre Yokochi nos 200 metros bruços em Madrid 1986, sendo que Ana Barros, oitava nas 50 costas em Perth 1991, tinha sido a outra finalista lusa em Mundiais.

Esta é a segunda medalha de Diogo Ribeiro em competições seniores, depois de ter sido terceiro nos Europeus de 2022, em Roma, na mesma distância. O atleta português, Diogo Ribeiro, perante o entusiasmo após tornar-se vice-campeão mundial mostrou-se "sem palavras". "Estou sem palavras, ainda não acredito. Este prémio vai para Portugal", disse o jovem de 18 anos, citado pela Federação



Portuguesa de Natacão.

Entre os outros portugueses que estiveram em competição, João Costa garantiu um lugar nos Jogos Olímpicos Paris 2024, ao bater o recorde nacional

dos 100 metros costas nas eliminatórias, com a marca de 53,71, melhorando o anterior máximo português (53,87), que já lhe pertencia.

Nas meias-finais, o nadador

do Vitória de Guimarães obteve o 16.º tempo, cronometrando 54,30, a 2,14 do mais rápido, o italiano Thomas Ceccon, que pouco depois se sagrou campeão mundial dos 50 mariposa,

na final em que o português Diogo Ribeiro conseguiu a prata.

Camila Rebelo, que também já tem mínimos olímpicos nos 200 metros costas, fez o 24.º tempo, entre 61 nadadoras inscritas, nas eliminatórias dos 100 metros costas, com 1.01,27 minutos, e ficou fora das meias-finais. Nas elimina-

O feito histórico do jovem, recordista mundial júnior da distância, foi conseguido com um tempo de 22,80 segundos, novo recorde nacional, atrás do italiano Thomas Ceccon e à frente do francês Maxime Grousset.

tórias dos 100 metros bruços, Ana Pinho Rodrigues terminou com 1.09,97 minutos, conseguindo assim o 37.º tempo entre 57 nadadoras inscritas.

Nos 1.500 livres, Tamila Holub terminou a sua série nas eliminatórias com 16.30,39 minutos, conseguindo o 20.º tempo, enquanto Diana Durães cronometrou 17.05,18, conseguindo a 28.ª marca, numa distância em que a qualificação para a final fechou nos 16.01,95.

ALDEIAS DO XISTO SÃO ÚNICO FINALISTA PORTUGUÊS NOS PRÉMIOS REGIOSTARS

POR AGÊNCIA LUSA

A rede de Aldeias do Xisto é a única candidatura portuguesa finalista dos Regiostars Awards 2023, prémio que distingue projetos de excelência financiados pela União Europeia, informou aquela entidade do Centro do país, em comunicado.

As Aldeias do Xisto, conjunto de 27 localidades, competem na categoria 'Uma Europa Mais Próxima dos Cidadãos' e os vencedores serão anunciados a 16 de novembro, em Os-

trava, República Checa.

Para o presidente da ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, Paulo Fernandes, a nomeação deve-se a um trabalho feito em conjunto. Já a presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro (CCDR Centro), Isabel Damasceno, referiu que o reconhecimento do projeto "é o corolário de uma aposta efetuada, ao longo de duas dé-

cadadas, num território marcado pelo despovoamento do mundo rural".

Segundo a ADXTUR, a nomeação justifica-se pela aposta conjunta na preservação e promoção "de uma identidade cultural única, através da implementação de projetos inovadores, ligados a vários domínios da sociedade e apoiados por fundos europeus, convocando novos saberes e olhares, abrindo-se ao mundo e sem receio de experimentar".

JÁ HÁ DATA PARA A SUPERTAÇA ENTRE SLB E FC PORTO

POR AGÊNCIA LUSA

A Supertaça, entre o campeão Sport Lisboa e Benfica, e o Futebol Clube do Porto, vencedor da Taça de Portugal, vai disputar-se a 9 de agosto, em Aveiro, anunciou a Federação Portuguesa de Futebol (FPF). Os dois finalistas tinham acordado não jogar no fim de semana anterior, no qual estava previsto ser disputada a prova, devido à Jornada Mundial da Juventude, que se realiza entre os dias 1 e 6 de agosto.

Inicialmente a Federação Portuguesa de Futebol tinha colocado como possibilidade os dias 8 e 9 de agosto, anunciando agora a data definitiva para a disputa do troféu.

O encontro, que se vai disputar novamente no Estádio Municipal de Aveiro, vai ter início às 20h45 o dia 9 de agosto.

Recorde-se que o SL Benfica sagrou-se campeão de futebol na última época e o FC Porto terminou o campeonato no segundo lugar.

BRAGA COM FALHAS NA URGÊNCIA OBSTÉTRICA EM AGOSTO

A Urgência de Ginecologia e Obstetrícia e o Bloco de Partos do Hospital de Braga vão estar condicionados nos dias 5, 6, 12, 13, 20, 26 e 27 de agosto (fins de semana de agosto), devido "à dificuldade em completar as escalas de trabalho necessárias". As urgências do Hospital de Braga estarão condicionadas entre as 00h00 e as 23h59 desses dias.

BLOCO DE PARTOS DO SANTA MARIA SEM CONDIÇÕES

Um relatório da Ordem dos Médicos concluiu que o Serviço de Urgência/Bloco de Partos do Hospital Santa Maria não tem condições para se manter em funcionamento porque "comporta riscos graves para a segurança das grávidas, doentes, médicos e restantes profissionais de saúde".

BOMBEIROS RECUSAM INTEGRAR DISPOSITIVO DE SOCORRO DA JMJ

As treze corporações de bombeiros do Baixo Alentejo mostraram-se indisponíveis para integrar o dispositivo de proteção e socorro para a Jornada Mundial da Juventude, em Lisboa, revelou o presidente da federação distrital, indicando que um dos motivos da recusa tem a ver com a necessidade de as corporações se concentrarem no seu território.

MÉDICOS LATINOS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

O governo pretende contratar 200 a 300 médicos da América Latina para os cuidados de saúde primários em regiões como Alentejo, Algarve e Lisboa Vale do Tejo. O ministro da Saúde foi ouvido na Comissão Parlamentar de Saúde sobre a contratação de médicos cubanos e garantiu que estes profissionais "terão o grau reconhecido por uma universidade portuguesa".

COMUNICADO

Caros leitores,

Esta foi a última edição antes das férias. Em agosto estaremos a recarregar baterias para regressarmos em força em setembro com mais notícias, sempre sem censura. **Vemo-nos dia 8 de setembro.** Até lá pode inteirar-se do que se passa no país e no mundo no nosso site.



Meteorologia

PORTO	COIMBRA	LISBOA	FARO
sábado 29/07 17° 24°	sábado 29/07 17° 29°	sábado 29/07 20° 29°	sábado 29/07 21° 35°
domingo 30/07 15° 25°	domingo 30/07 15° 27°	domingo 30/07 18° 29°	domingo 30/07 21° 35°
segunda-feira 31/07 15° 24°	segunda-feira 31/07 15° 27°	segunda-feira 31/07 18° 28°	segunda-feira 31/07 21° 35°
terça-feira 01/08 17° 25°	terça-feira 01/08 17° 29°	terça-feira 01/08 18° 28°	terça-feira 01/08 20° 34°
quarta-feira 02/08 17° 25°	quarta-feira 02/08 17° 29°	quarta-feira 02/08 18° 29°	quarta-feira 02/08 21° 34°
quinta-feira 03/08 17° 26°	quinta-feira 03/08 17° 31°	quinta-feira 03/08 18° 31°	quinta-feira 03/08 21° 33°

Insólito da Semana

EXTREMA-ESQUERDA MÃOS DE MANTEIGA



Bjørnar Moxnes
Líder da extrema-esquerda da Noruega e deputado

O líder de extrema-esquerda da Noruega e deputado, Bjørnar Moxnes, renunciou esta semana ao cargo no seu partido, depois de ter sido preso por roubar uns óculos de sol de marca de uma loja no aeroporto de Oslo. "Cometi um grande erro e tornei-o ainda pior pela maneira como lidei depois com isso", escreveu Bjørnar Moxnes

na sua página no Facebook, acrescentando: "Sinto muito por isso e quero pedir desculpa" Em 30 de junho, Moxnes disse que foi multado em 3 mil coroas (250 euros) por levar sem pagar, duas semanas antes, uns óculos de sol da marca Hugo Boss, no valor de 1.199 coroas (cerca de 100 euros), de uma loja 'duty-free' no aeroporto de Oslo.

O político, de 41 anos, invocou imprudência, mas mudou várias vezes de versão sobre o episódio, captado por câmaras de circuito fechado e cujas imagens parecem enfraquecer a hipótese de um descuido. Atualmente de baixa médica, Moxnes renunciou ao cargo de líder do partido de oposição Rødt (Vermelho).

Editorial

UM ANO DE COMBATE!

POR NUNO VALENTE
DIRETOR DO FN

No fim de mais uma sessão legislativa, é tempo de fazermos um balanço, não apenas ao trabalho parlamentar, mas também à maioria socialista e ao Governo de António Costa. No fim das contas, a conclusão a que chegamos é de que nunca uma maioria absoluta, sobretudo de um partido de esquerda (herdeiros da ética republicana), revelou tantos tiques de DDT (donos disto tudo) como esta maioria socialista, que se comportou como um autêntico 'rolo compressor'. Foi uma sessão legislativa marcada pela ditadura do Presidente da Assembleia da República, da arrogância anti-parlamentar que inviabilizou a eleição de um vice-presidente do CHEGA, pelos 'casos e casinhos' que foram desvalorizados e abafados, pela Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP, que pôs a nu a irresponsabilidade na gestão da coisa pública. Mais grave do que isso, o PS 'pariu' um relatório da CPI à TAP que na realidade é uma farsa, revelando um autêntico 'autismo político' e uma abstração total da realidade, no sentido de isentar de responsabilidade o Governo e em especial um ministro que já não devia o ser: João Galamba. Em suma, o Governo governa mal e governa numa realidade paralela que não coincide com o país real. Enquanto isso, setores como a saúde e a educação aprofundam-se em problemas. Vivemos num país de faz de conta, numa realidade alternativa socialista em que o líder é um verdadeiro ilusionista. E a oposição? A oposição é uma miragem, com exceção do CHEGA, que contra tudo e todos tem feito frente aos DDT e a António Costa.

Agenda Cultural

28 JULHO a 07 AGOSTO

Festas em honra de nossa Senhora da Boa Viagem, Peniche

29 JULHO

Corrida de toiros nas Caldas da Rainha

30 JULHO

Corrida de toiros em Lavre

02-13 AGOSTO

Viagem medieval em terra de Santa Maria, em Santa Maria da Feira

09-13 AGOSTO

MEO Sudoeste na Zambujeira do Mar



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSE DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, N.º 12, 1200-725 LISBOA SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 13 000 UNIDADES

